



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

TERMO DE REFERÊNCIA**1. Descrição do objeto**

1.1. O presente termo de referência visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de *clipping de matérias jornalísticas*, para monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet – sites, blogs e portais) contendo temas e assuntos de interesse da Justiça Eleitoral do Tocantins:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
01	Serviços de clipping jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa, eletrônica e digital contendo temas de interesse da Justiça Eleitoral do Tocantins	MÊS	12

1.2. Considera-se, os serviços de clipping como serviços de captação, seleção, coleta, compilação de matérias jornalísticas publicadas em mídia impressa, sites, blogs, TV e rádio, análise de conteúdo e disponibilização.

1.3. A produção da clipagem deverá ser feita com coleta de notícias sobre a Justiça Eleitoral do Tocantins. O serviço deverá compreender a seleção, compilação, análise de conteúdo e disponibilização em portal na web, com disponibilidade 24 horas por dia, 07 dias por semana. O sistema de gestão da informação deverá ser realizado através de um sistema computadorizado, de forma digital, em tempo real, editado, analisado, indexado e revisado.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, na forma da lei, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. O objeto desta contratação é caracterizado como bens comuns, portanto seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em conformidade ao que preconiza a Resolução TRE-TO nº 560 de 25 de maio de 2023, alinhado ao Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.7. O objeto desta contratação é considerado um serviço de natureza continuada, uma vez que se interrompido pode comprometer a continuidade de suas atividades no que se refere ao planejamento de ações estratégicas tanto para a prevenção e administração de crises institucionais, quanto para a tomada de decisão sobre o conteúdo a ser divulgado e o momento adequado para essa divulgação.

2. Justificativa para a contratação

- 2.1. As atividades relacionadas aos serviços de clipping, ou seja, a pesquisa, seleção e análise de notícias e informações veiculadas na mídia impressa e eletrônica, não são atividades precípua do TRE – TO, inexistindo cargos e/ou funções específicas para a execução dessas atribuições, bem como não há infra-estrutura e equipamentos para a sua operacionalização, uma vez que, a inumerável quantidade de informações publicadas em jornais, revistas, exibidas em emissores de rádio e de televisão e ainda na Internet, torna este trabalho complexo e de difícil execução.
- 2.2. Todavia, existe a necessidade da apuração da repercussão na mídia da atuação da justiça eleitoral, como forma de subsidiar a administração do TRE no gerenciamento eficaz da comunicação sobre seu relacionamento com a imprensa e com sociedade, por meio do fornecimento ágil de informações, que também servirão como memória jornalística da instituição.
- 2.3. A clipagem é feita com o objetivo de controlar o fluxo de informações, possibilitando o acesso a matérias veiculadas na mídia, possibilitando a medição do nível de interesse da imprensa pela Justiça Eleitoral, bem como de divulgá-las junto aos públicos interno e externo, mediante sua disponibilização na intranet e internet, além de possibilitar a mensuração dos seus impactos positivo, negativo e neutro das notícias.
- 2.4. Os serviços de clipagem também são fundamentais para dimensionar o nível de divulgação da Instituição (na mídia espontânea) e mostrar o quanto a sociedade teve acesso a esclarecimentos e informações sobre a Justiça Eleitoral do Tocantins.
- 2.5. Além disso, a contratação servirá ainda para pautar as ações do Tribunal junto à sociedade e à própria instituição, visando maior visibilidade das ações da justiça eleitoral e de suas competências e mostrar o resultado das ações de Comunicação do órgão, por meio de mídia espontânea.
- 2.6. Informamos que a contratação dos serviços estão prevista no [Plano de Contratações](#) para ao exercício de 2026, item 1.3.

3. Descrição completa da solução

- 3.1. Realização de monitoramento diário – inclusive fins de semana e feriados – de notícias de interesse da Justiça Eleitoral do Tocantins, bem como de suas unidades e membros vinculados, junto aos meios de comunicação existentes (com circulação regional, estadual e nacional). O serviço de gestão da informação/conteúdo deverá ser realizado através de sistema computadorizado, e disponibilizado de forma eletrônica, em tempo real, editado, analisado, indexado, revisado e disponibilização para acesso remoto pelos usuários. E quando solicitado em regime de urgência, a entrega será imediata.
- 3.2. O serviço deverá ser executado por equipe com profissionais especializados, contendo no mínimo 01 profissional especializado em análise qualitativa das informações monitoradas e 01 profissional para manutenção do relacionamento constante entre a ASCOM do TRE-TO. A Contratada deverá informar ainda pelo menos 02 números de telefone para contato permanente com a Contratante.
- 3.3. A plataforma de dados deverá ser composta por um sistema informatizado e contar com um portal de acesso aos dados coletados, mantido por servidor de informática próprio e dispondo de mecanismo de busca com os seguintes critérios: data, assunto, órgão, tipo de mídia, nome do veículo e o impacto da notícia (se positiva, negativa ou neutra).
- 3.3.1. O sistema informatizado deverá estar disponível para consulta pela ASCOM, 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados;
- 3.3.2. O acesso ao conteúdo do clipping será disponibilizado ao CONTRATANTE de forma remota aos usuários previamente habilitados por meio de login e senha para até 10 usuários simultâneos;
- 3.3.3. A CONTRATANTE, por meio de seus servidores indicados, terá acesso ao sistema de administração da CONTRATADA, por meio de login e senha, disponibilizados a usuários previamente designados pela CONTRATANTE, permitindo a edição de textos e a exclusão de matérias que não sejam do interesse do CONTRATANTE.

- 3.3.4. A contratada não poderá disponibilizar acesso público da(s) seleção(ões) feita(s) para o CONTRATANTE, nas ferramentas de busca disponíveis na internet.
- 3.4. Da seleção dos conteúdos deverão constar notas, notícias, entrevistas, matérias, reportagens, artigos, editoriais, colunas, citações e outros textos informativos e opinativos.
- 3.4.1. Em caso de notícia negativa veiculada em qualquer mídia, independente do dia e horário, a ocorrência da mesma deverá ser relatada imediatamente ao titular ASCOM com identificação em destaque para notícia negativa (por meio de SMS ou WhatsApp), assim como para o e-mail ascom@tre-to.jus.br.
- 3.4.2. Da notificação imediata deverá constar o nome do veículo, do programa, do apresentador, o contato do veículo ou profissional da imprensa, horário de veiculação e, preferencialmente o link da notícia ou publicação.
- 3.5. Durante a vigência do contrato, o CONTRATANTE, sem custos adicionais, será o responsável por definir a linha editorial do clipping, solicitar alterações no conteúdo, mecanismos de busca, inclusão e exclusão de veículos, e quaisquer outras alterações referentes ao conteúdo e apresentação do clipping.
- 3.6. Como resultado do clipping, deverão ser elaborados 03 tipos de relatórios, quais sejam: mensais, anuais e específicos. Este último gerado por demanda de algum assunto escolhido pela ASCOM/TRE-TO.
- 3.6.1. Os relatórios deverão ser produzidos em formato digital e entregues na ASCOM/TRE-TO através dos canais previamente estabelecidos;
- 3.7. Os relatórios deverão conter uma parte com análise estatística, com: exposição por mídia (quantidade de matérias, centímetros ocupados, alcance, nº estimado de leitores, distribuição da cobertura pelo estado); tempo ou espaço de exposição por tipo de veículo (rádio, tv, internet e impresso); tempo ou espaço de exposição por emissora, portal, periódico; índice de avaliação da exposição (negativa/ positiva/ neutra).
- 3.8. Os relatórios analíticos deverão conter, ainda, as seguintes informações, sempre que possível, conforme cada tipo de veículo: nome do veículo; perfil do veículo, nome do programa, caderno, editorial, coluna, portal/blog; perfil do programa; perfil do blogueiro; datas da veiculações; centimentragem ou tempo; abordagem positiva, negativa ou neutra, com infográfico das análises; valor notícia de cada informação; tiragem do periódico e estimativa dos leitores alcançados; estimativa do número de visualizações (conforme nº de acessos, em caso de blogs e portais de notícias); data e horário da publicação; data e horário da inserção no sistema da Contratada; link para texto original (no caso de clipagem de meios eletrônicos); e o formato do arquivo, conforme o caso, será PDF, WMV. MP3 OU WMA.
- 3.9. No relatório analítico mensal deverá conter indexação da análise dos 03 conteúdos mais abordados no período e no relatório anual deverá conter a análise dos 05 assuntos mais abordados.
- 3.10. No caso de clipping específico, o relatório e o respectivo material solicitado deverá ser entregue na ASCOM/TRE-TO, em até três horas após a publicação, quando solicitado de forma antecipada.
- 3.11. Os relatórios, estudos, gráficos, infográficos e demais documentos desenvolvidos pela Contratada em razão da prestação de serviços, serão propriedade do TRE-TO, que poderá fazer uso para diversos fins sem qualquer restrição ou custo adicional.
- 3.12. O portal de acesso às informações deverá possibilitar o download de todos os arquivos resultados do monitoramento, desde o início da execução do contrato, não podendo ser excluído ou salvo em outro ambiente diverso do sistema informatizado, observando os seguintes critérios para o armazenamento:
- 3.12.1. Para os clippings de televisão:
- a) vídeo em formato WMV ou MP4, com resolução mínima de 640x480 pixels e sem prejuízo do áudio original, permitindo a perfeita compreensão de todo o conteúdo publicado.

3.12.2. Para os clippings de rádio:

- a) o áudio deverá ser disponibilizado em formato MP3 ou WMA, com 128 kbps e 44.000 Hz.

3.12.3. Para os clippings de impressos e portais:

- a) material disponibilizado em formato PDF, em caso de portais eletrônicos, o clipping deverá também conter o link para a página do portal ou blog em que a notícia foi divulgada.

3.12.4. Para clipping em mídia digital:

- a) Constituir-se-á de notícias, entrevistas, reportagens, artigos, citações e comentários de interesse do CONTRATANTE extraídos diariamente de sites, agências de notícias online e blogs.
- b) O material deverá ser digitalizado ou transformado em PDF ou de outra forma que permita o acesso ágil e fácil ao conteúdo informativo com vistas à distribuição ao público-alvo por e-mails.
- c) Todo o material deverá ser enviado com link para a página original do material coletado.

3.12.5. Para os clippings de redes sociais:

- a) a clipagem deve atender todos os critérios e especificações estabelecidas para os demais veículos; o monitoramento das mídias sociais deverá ocorrer por meio de sistema/software específico para a realização da atividade;
- b) as denúncias, críticas e reclamações identificadas no monitoramento deverão ser disponibilizadas em até 01 (uma) hora no sistema informatizado de monitoramento, bem como deverá ser encaminhada mensagem à ASCOM/TRE-TO informando sobre a ocorrência;

3.12.6. Para relatório mensal de análise de mídia:

- a) análise quantitativa e qualitativa sobre a repercussão na imprensa dos itens relacionados à Justiça Eleitoral do Tocantins. O documento, mensal, deve conter informações detalhadas sobre exposição por mídia, veículo, valores, e quantidade de matérias veiculadas e a avaliação em relação ao tipo de exposição (negativa/positiva/neutra);
- b) o relatório mensal deverá ser disponibilizado até o 5º dia útil do mês subsequente.

3.13. **Descrição do sistema para acesso ao clipping**

3.13.1. O sistema para acesso ao clipping eletrônico deverá ter as seguintes características e funcionalidades:

3.13.1.1. Apresentação:

- a) o material cadastrado deverá ser apresentado em forma sequencial, com organização das reportagens por tipo de mídia;
- b) as notícias devem ser separadas em categorias por tipo de mídia;
- c) o sistema deverá permitir exibição de todas as notícias de uma determinada data;
- d) a visualização e acesso ao conteúdo deverão ser feitos por meio de navegador da internet e sem necessidade de software adicionais;
- e) oferecer flexibilidade na recuperação de informações, permitindo combinação de parâmetros de busca que incluam assunto, palavras ou expressões;

- f) todos os arquivos deverão ficar disponíveis no portal da Contratada por toda a vigência do contrato.

3.13.1.2. **Base de dados e arquivamento:**

- a) 3.13.1.3. a contratada deverá manter um backup em nuvem do banco de dados do serviço de clipping, a fim de assegurar que os arquivos e os dados estejam disponíveis rapidamente, no caso de uma falha no sistema, indisponibilidade ou desastre natural;
- b) 3.13.1.4. o sistema deve ter a capacidade de armazenamento suficiente para manter e compartilhar todo o conteúdo;
- c) 3.13.1.5. todo o conteúdo do clipping deve estar permanentemente disponível para pesquisa e arquivamento; o sistema deve permitir acesso de no mínimo 02 (dois) usuários simultâneos, bem como estar disponível 24 horas por dia.
- d) 3.13.1.6. O banco de dados deve ser mantido em arquivamento pela CONTRATADA pelo período mínimo de 1 (um) ano após o fim do contrato de prestação do serviço, incluindo eventuais prorrogações contratuais.

3.13.1.7. **Ferramenta de pesquisa:**

- a) o serviço deverá oferecer mecanismo de busca, por palavra-chave, data, tema, com opção de filtragem por categoria de veículos, por avaliação da notícia (se positiva, negativa, etc), por tipo de mídia, entre outros.
- b) o sistema de pesquisa deve conter no mínimo os seguintes filtros: busca por palavras-chave; busca no título da notícia ou em todo o conteúdo da notícia; busca por tipo de mídia: rádio, TV, impresso e web; busca em apenas um veículo;
- c) e busca por período.

3.13.1.8. **Navegação:**

- a) o sistema de acesso ao clipping eletrônico deve ser de fácil navegação e compatível com os principais navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e Safari).
- b) acesso ser compatível também por meio de dispositivos móveis (smartphones, tablets, etc).

3.13.1.9. **Compartilhamento:**

- a) o sistema deve permitir o envio de matéria por e-mail a destinatários definidos pelo CONTRATANTE
- b) envio de seleção específica e aleatória de matérias;
- c) possibilitar a visualização em aparelhos Smartphone e Tablet.
- d) possibilidade de impressão e a conversão em arquivos PDF.

3.13.1.10. **Notificação:**

- a) As informações (notícias clipadas) devem estar disponíveis no sistema, sendo possível acessá-las em tempo real mediante login e senha. Elas também deverão ser enviadas por e-mail notificador (tipo Messenger ou RSS) e/ou mensagem via telefonia celular (SMS), ou ainda por aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, aos destinatários previamente indicados pelo CONTRATANTE.
- b) O e-mail notificador deve ser enviado diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados contendo as notícias do dia, incluindo título da matéria destacada, veículo em que foram publicadas e data da publicação e link para acesso direto à página inicial do clipping, para os destinatários que o receberem.

- c) O e-mail notificador deve ser enviado diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados

3.13.1.11. **Estatísticas:**

- a) o sistema deverá permitir a geração de gráficos estatísticos e qualitativos dinâmicos e online de assuntos, matérias, evolução da exposição, veículos, entre outros.

4. **Requisitos da contratação**

4.1. **A CONTRATADA deverá:**

4.1.1. A contratação deve possibilitar o monitoramento, a seleção, a compilação em banco de dados, a avaliação e o envio diário (inclusive finais de semana e feriados) de matérias jornalísticas de interesse da Justiça Eleitoral do Tocantins publicadas em mídia impressa (jornais e revistas), eletrônica (rádio e televisão).

4.1.2. O monitoramento deve ocorrer na imprensa midiática em todo o país - assim como também nos veículos de abrangência regional, mas também os conteúdos de imprensa nacionais.

4.1.3. A busca de notícias deve cobrir todo e qualquer conteúdo sobre a Justiça Eleitoral do Tocantins assim como seus membros no exercício de atividades relacionada a esta Corte Eleitoral.

4.1.4. A exigência da qualificação técnica servirá para que a contratante tenha conhecimento se a licitante possui qualificação técnica profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no neste termo de referência. Sua finalidade é, também, a de demonstrar que a licitante atuou no ramo pertinente ao objeto.

4.1.5. A contratada deve estar ciente, com base neste Termo de Referência, da necessidade de possuir Autorização Expressa ou de firmar Contrato de Licenciamento para monitorar o conteúdo dos veículos que assim exigirem, com o fito de evitar futura alegação de violação de direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

4.1.6. No caso de a contratante tomar ciência de cobranças posteriores à homologação, caberá à contratada sanar a questão no menor tempo possível, sem prejuízo à contratante ou interrupção da prestação dos serviços e sem que a contratante seja corresponsabilizada em caso de eventuais ações indenizatórias contra a contratada

4.1.7. A contratada fornecerá treinamento necessário à equipe responsável pelo recebimento e uso de ferramentas e relatórios gerados e sempre que houver alterações substanciais no sistema. Com carga horária e formato definidos em comum acordo com a Contratada.

4.1.8. A contratada deverá ser detentora do sistema e banco de dados das informações coletadas e repassadas ao órgão, dessa forma devendo comprovar o registro do sistema de clipping no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, para que dessa forma assegure a propriedade do sistema ofertado nos serviços.

4.1.9. Prestar, durante a vigência contratual, serviço de suporte técnico no período das 8h às 18h e em casos de emergência (plantões);

4.1.10. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento à contratação, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

4.1.11. O licitante classificado em primeiro lugar, para fins de aceitabilidade, deverá apresentar amostra à ASCOM/TRE-TO do sistema específico do serviço a ser contratado, para fins de verificação da performance/adequação da plataforma e forma de apresentação do serviço. O sistema será avaliado

segundo os critérios de amplitude do universo de veículos pesquisados, forma e criatividade de apresentação do clipping, agilidade e contextualização da notícia na página do veículo.

4.1.12. Será testada a eficácia do serviço, e observadas todas as exigências contidas neste Termo de Referência.

4.2. **Das formas, local e prazos de entrega do objeto**

- a) Em dias úteis o clipping deverá ser disponibilizado até às 9 horas, e aos sábados, domingos e feriados até às 12 horas;
- b) Os conteúdos divulgados na TV e em rádio deverão ser enviados por e-mail de segunda a domingo em três edições: a primeira às 9 horas (contendo o clipping dos telejornais matutinos do dia e dos telejornais nacionais da noite anterior); a segunda às 15 horas (contendo o clipping dos telejornais do final da manhã e início da tarde) e a terceira às 22 horas (contendo o clipping dos telejornais locais noturnos).
- c) As notícias vinculadas ao longo do dia, deverão estar disponíveis em, no máximo 02 (duas) hora a partir da divulgação;
- d) A contratada deverá revisar, de imediato, todas as matérias clipadas para que não apresentem falhas (links, termos codificados, erros de grafia, etc) ou diferenças entre essas e as matérias originais.
- e) O relatório mensal deverá ser entregue, eletronicamente, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, já o relatório anual deverá ser entregue, eletronicamente, até o décimo dia do mês de janeiro do ano subsequente acompanhado da análise de mídia.;
- f) A empresa Contratada deverá utilizar de suas instalações próprias e equipamentos para elaboração e execução dos serviços;

4.3. **Crítérios de Sustentabilidade**

4.3.1. A CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, e ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.3.2. Após consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no link [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 8ª Edição da Controladoria-Geral da União](#), acessado em 30/03/2026, ao Plano de Logísticas Sustentável deste Regional disponível no link [Plano de Logística Sustentável TRE-TO](#), acessado em 30/03/2026, e ainda em consulta ao [Guia de Contratações Sustentáveis do TRE-TO](#), constatou-se não haver critérios de sustentabilidade específico para contratação em tela.

4.4. **Garantia**

4.4.1. Não haverá necessidade de exigência da garantia da nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.5. **Prova conceito**

4.5.1. Antes da adjudicação e da homologação da licitação, a Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial da Justiça Eleitoral do Tocantins, solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar a disponibilização em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, do sistema de clipping, de modo a comprovar a capacidade de prestação do serviço e o atendimento das funcionalidades básicas, conforme planilha de verificação de conformidade, constante no anexo I.

4.5.2. A avaliação da Solução será obrigatória e eliminatória, ou seja, a LICITANTE que não atender aos critérios de avaliação na Prova de Conceito estará automaticamente desclassificada do processo licitatório.

4.5.3. Para avaliar o adequado funcionamento do sistema e do serviço de clipping, a empresa vencedora será solicitada a criar perfil de monitoramento de teste, com parâmetros ou palavras-chave para pesquisa, indicados pela área de Ascom da JE-TO.

4.5.4. A licitante deverá disponibilizar o clipping, através de newsletter, que será disparada para os e-mails indicados pela ASCOM/TRE-TO, observando os horários de atendimento da Instituição, e de acesso à plataforma web, durante 5 (cinco) dias úteis.

- 4.5.5. A metodologia utilizada para avaliar a qualidade do serviço prestado consistirá em observar, durante a Prova de Conceito, se os aspectos deste Termo de Referência foram cumpridos.
- 4.5.6. O clipping é um serviço em que inexiste margem de erro, pois uma notícia não capturada na imprensa pode trazer prejuízos à imagem da Instituição, que, por desconhecê-la, não terá a oportunidade de corrigir ou se posicionar sobre a informação junto ao veículo que a publicou. Além disso, uma matéria não capturada impacta negativamente na contabilização dos resultados das ações de comunicação com a sociedade.
- 4.5.7. A prova de conceito é proposta, então, para medir a capacidade de monitoramento da licitante em comparação com a capacidade atual do Ascom.
- 4.5.8. Atribui-se maior pontuação aos veículos locais com a justificativa de que as notícias sobre a Justiça Eleitoral Tocantinense são publicadas, em sua grande maioria, em veículos do Tocantins, fazendo com que a capacidade de monitoramento dos veículos locais seja mais valorizada.
- 4.5.9. Quanto melhor for o monitoramento da licitante no estado do Tocantins, menor será a possibilidade de falha na captura de uma notícia sobre a JE-TO.
- 4.5.10. A contratada deverá apresentar a "solução" que deverá ser utilizada para validar a prova conceito de no mínimo de 95% das exigências constante no Anexo I - Prova conceito, de modo a verificar a capacidade de atendimento aos requisitos do Termo de Referência
- 4.5.11. Em caso de não cumprimento dos prazos supramencionados ou da inadequação da ferramenta às funcionalidades requisitadas, a proposta será desclassificada. Em sequência, será convocada, pela pregoeira, a segunda colocada e assim sucessivamente até que seja declarada uma vencedora para o certame.
- 4.5.12. A verificação é imprescindível devido à relevância do serviço de clipping para a instituição, sendo necessário que as funcionalidades básicas do sistema e os serviços listados na planilha de verificação sejam todos atendidos.

5. **Modelo de execução do objeto**

5.1. **Regime de execução**

- 5.1.1. A contratação será através de faturamento mensal mediante apresentação de relatórios disposto no item 3.8 e 3.9, no que couber, deste termo de referência e ainda, deverá observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, diretas e indiretamente aplicáveis às contratações públicas.
- 5.1.2. O fornecimento do serviço de clipping será realizado via sistema computadorizado, de forma digital, com ferramentas de acompanhamento, visualização de vídeos e áudios, gerenciamento de notícias e geração de relatórios, banco de dados e pesquisas.

5.2. **Horários**

- 5.2.1. Os prazos para a execução do objeto são os definidos no item 4.2 deste Termo de Referência.

5.3. **Subcontratação**

- 5.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. **Obrigações do contratado**

- 5.4.1. Executar devidamente o serviço descrito neste Termo de Referência e no edital, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.
- 5.4.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação.

- 5.4.3. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto desta contratação.
- 5.4.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas.
- 5.4.5. Manter um canal de comunicação com a ASCOM para prestação de contas dos serviços.
- 5.4.6. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados.
- 5.4.7. Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-TO.
- 5.4.8. Manter, durante a vigência da contratação compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 5.4.9. Quando da interação do Contratado com o Contratante, ocorrer fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, deverá o contratado comunicar ao requisitante, em tempo hábil, de preferência por escrito, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada.

5.5. Obrigações do contratante

- 5.5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este Termo de Referência.
- 5.5.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução dos serviços contratados.
- 5.5.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 5.5.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.
- 5.5.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Termo de Referência.
- 5.5.6. Cientificar o dirigente máximo do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 5.5.7. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5.8. Fornecer à contratada todas as informações relacionadas com o objeto deste Termo de Referência.
- 5.5.9. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

5.6. Recebimento

- 5.6.1. O recebimento do serviço ocorrerá provisoriamente, por servidor da ASCOM, que será responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade da execução do serviço com as exigências contratuais e definitivamente, mediante atesto que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 5.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a prestação dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

6. Modelo de gestão de contrato

- 6.1. A Contratação será formalizada mediante realização de contrato com faturamento mensal.
- 6.2. A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021 art. 115, caput).
- 6.3. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor da ASCOM.
- 6.4. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas execução dos serviços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.5. O fiscal da contratação informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.6. O contratado será obrigado a reparar, no prazo de 5 dias corridos a contar da notificação, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários Fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.10. As comunicações entre o TRE-TO e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se inclusive, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.11. O TRE-TO poderá notificar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.13. A existência de registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal/Cadin, constitui fator impeditivo para a realização de celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos, nos termos do art. 6-A da Lei nº 10.522/2002, incluído pela Lei nº 14.973/2024.

7. Critérios de medição e pagamento

- 7.1. A avaliação da execução do objeto também utilizará o Instrumento do anexo I - Prova Conceito, para avaliação dos serviço prestado mensalmente.
- 7.2. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, por intermédio de ordem bancária, até 5º dia útil a partir do atesto da Nota Fiscal/Fatura por servidor da Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial/ASCOM, devendo a contratada apresentar o relatório mensal, conforme exigido no Termo de Referência.
- 7.3. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.
- 7.4. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

8. **Forma e critérios de seleção do fornecedor**

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

8.2. Exigência de habilitação:

8.2.1. A licitante deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos no Edital e neste Termo de Referência.

8.2.1.1. Qualificação técnica

a) A pessoa jurídica deve ter em seu quadro jornalista com experiência comprovada na área, segundo a classificação CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), família 2611-25. Os profissional com formação em jornalismo, segundo a classificação CBO, jornalistas recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. São responsáveis pela seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público.

b) Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidão(ões) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante prestado serviços de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação.

8.2.2. Participação ou não de cooperativas: Será permitida a participação, desde que cumpridas as exigências do art. 16 da Lei nº 14.133/21.

8.2.3. Participação ou não de empresas reunidas em consórcio: Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

8.2.4. Poderá ser concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. **Estimativa do valor da contratação**

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com a finalidade de que os licitantes apresentem sua melhor proposta para o certame, nos termos previstos no art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das Propostas.

10. **Adequação orçamentária**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do TRE-TO. A referida informação será realizada oportunamente pela unidade competente deste Regional e inserida no Edital.

11. **Sanções administrativas em caso de descumprimento contratual**

11.1. Caso o licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou neste Termo, quando a licitante praticar condutas previstas em leis ou outro instrumento normativo.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 11.2, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 11.2, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - i. Moratória de 0,7% (zero vírgula sete por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 10% (dez por cento), no tocante às obrigações constantes dos itens 3.10; 3.12.5.b; 4.2a, b e c, se a ocorrência não caracterizar inexecução parcial do contrato; e
 - ii. Moratória de 0,7% (zero vírgula sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre valor mensal da contratação, até o limite de 10% (dez por cento), no descumprimento das obrigações não mencionadas no item imediatamente anterior, se a ocorrência não caracterizar inexecução parcial do contrato.
 - iii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.2, de 8% a 10% do valor anual do contrato.
 - iv. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.2, de 10% a 15% do valor anual da contratação.
 - v. Compensatória, para infração descritas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem 11.2, a multa será de 5% a 8% do valor anual da contratação.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11.15. A recusa injustificada do fornecedor em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da proposta e, se for o caso, à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12. **Forma de reajustamento do contrato**

12.1. Sempre que a equação econômico-financeira do contrato for desequilibrada de modo significativo, deve haver sua recomposição, por força do imperativo constitucional – e de regras legais – que assim determinam. Esta recomposição se dará pela via do reajuste ou da revisão.

12.2. **ANEXO I - PROVA CONCEITO**

**VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DA PRESTAÇÃO
SERVIÇO DE CLIPPING JORNALÍSTICO**

Empresa:

Itens de Verificação	Descrição	Conformidade
1	O sistema on-line deverá apresentar na página inicial as notícias clipadas em duas formas de apresentação: por ordem de publicação (mais recente primeiro) e por destaque do assunto na mídia (mais abordados na mídia nas últimas 24h).	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
2	Cada notícia deverá ser identificada pela data, título, palavras-chave (identificando o assunto abordado, devendo estar em destaque no texto), canal de comunicação (impresso/internet/rádio/TV), veículo e editoria (impressos e online), programa e horário de veiculação (áudio ou TV).	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
3	Cada notícia deverá conter avaliação do conteúdo (positiva, negativa ou neutra) tendo como referência a atuação das entidades. A avaliação deverá estar em local de fácil identificação.	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
4	No caso de impressos e on-line, as matérias deverão apresentar, ainda, campo para impressão e campo para conversão em PDF da matéria.	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
5	Matérias clipadas de rádio e TV deverão apresentar tempo de duração; campo para download da matéria em formato digital, com qualidade para conteúdo de áudio e vídeo, contendo também resumo por escrito (síntese descritiva) da matéria clipada.	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
6	Todas as matérias deverão conter campo para envio da respectiva matéria por e-mail. possível enviar os dados de identificação e resumo descritivo, com link para download.	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
7	Durante o período da verificação, e-mails notificadores devem ser enviados diariamente ao endereço eletrônico ascom@tre-to.jus.br, inclusive em fins de semana e feriados, em duas edições: 9h e 22h, incluindo as principais notícias do dia e todas as notícias que mencionem as entidades, independente do impacto, com no mínimo três destaques, título da matéria, veículo em que foi publicada, data da publicação e link para acesso à íntegra.	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
8	Envio de no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do conteúdo institucional veiculado nas mídias impressa, televisiva, radiofônica.	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
9	O sistema deverá apresentar serviço de busca detalhada, com opções de data, palavras-chave (identificando o assunto abordado), canal de comunicação (impresso /internet/rádio/TV) veículo, editoria e título, com filtro para notícias que mencionam as entidades, havendo possibilidade de seleção/desmarcação de seleção, envio da seleção por e-mail, exportação da seleção em PDF e apresentação das estatísticas do conteúdo selecionado.	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
10	Pontualidade e assiduidade na entrega dos e-mails diários (newsletters)	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não
11	Possibilidade de enviar a newsletter do clipping através do WhatsApp	(<input type="checkbox"/>) sim (<input type="checkbox"/>) não

12	APP compatível com os principais navegadores utilizados (Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome e Safari), devendo seu acesso ser possível também por meio de dispositivos móveis (Smartphone e Tablet), facilitando a recuperação de informações e geração de relatórios e gráficos automaticamente.	() sim () não
13	Ferramenta para cadastro de pautas produzidas e posterior associação com as matérias do clipping, gerando relatórios com matérias espontâneas e provocadas, além do número de pautas aproveitadas.	() sim () não
14	A Licitante deverá enviar, imediatamente após o período de 05 (cinco) dias úteis de testes, relatório das matérias publicadas, identificando a centimetragem e a minutagem, com descritivos específicos do número de inserções (quantitativa) e de abordagens positivas, neutras e negativas (qualitativa).	() sim () não

CLAUDIO DA SILVA SOUZA

Assistente



Documento assinado eletronicamente em 14/05/2026, às 14:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302674587** e o código CRC **190BCD66**.